

PELO PAÍS, PELO FUTURO É PRECISO MUDAR DE RUMO

Defender os salários, o emprego, os direitos, as pensões, os serviços públicos e a democracia

Os Memorandos entre a *troika* estrangeira (FMI/UE/BCE) e a *troika* nacional (PS/PSD/CDS), no seguimento de décadas de política de sacrifícios e degradação das condições de vida dos trabalhadores e de apoio ao grande capital, constituem o maior ataque aos trabalhadores, aos reformados/aposentados, ao povo e ao país, desde o derrube do fascismo.

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública considera que só o desenvolvimento da luta pode travar e, no futuro, inverter o retrocesso social, cujo agravamento é exponencialmente potenciado pela intervenção direta da *troika* UE/FMI/BCE no nosso país.

Os ataques aos direitos fundamentais dos trabalhadores e das populações, constitucionalmente consagrados, que a Administração Pública deve assegurar, põem em causa bases fundamentais da revolução de Abril e da própria democracia.

A Frente Comum tem acompanhado de perto e assumido posições muito claras sobre a situação político-sindical no nosso país e a sua evolução, de que destacamos as seguintes:

- . Defender serviços públicos de qualidade – nomeadamente na Educação, na Saúde, na Segurança Social, na Justiça, na Água, no Ambiente – constitui premissa fundamental para o desenvolvimento do país e da qualidade de vida dos cidadãos.
- . A venda da falsa imagem positiva da externalização dos serviços, por parte dos governos do PS (com o apoio do PSD e CDS/PP), objetivamente, tem vindo a destruir o setor público e o papel do Estado na satisfação das necessidades primárias dos portugueses, favorecendo os grandes grupos económico-financeiros.
- . É inaceitável que se atire o peso da crise económica do capitalismo para as costas dos trabalhadores, assim como os inadmissíveis retrocessos sociais e civilizacionais daí decorrentes que lançam na miséria e na marginalidade cada vez mais portugueses.

A Frente Comum denuncia que o governo PS (com o apoio do PSD e CDS) retira direitos sociais fundamentais, aumenta os impostos aos trabalhadores e rouba e degrada salários (a percentagem destes no PIB já é inferior, em mais de 8 p.p. à que se verificava no final do regime fascista); mas, em simultâneo, favorece com escandalosos benefícios fiscais o capital financeiro especulativo.

A luta dos trabalhadores foi determinante para a derrota do PEC IV. Mas os testas de ferro do capital, vendo que estavam em causa os seus futuros e chorudos lucros, impuseram o recurso à “ajuda” externa da UE/FMI/BCE – isto é, pediram ajuda à máquina de guerra do capitalismo contra o nível de vida e os direitos dos trabalhadores e das populações.

Com os Memorandos já assinados pelo PS(governo)/PSD/CDS a Administração Pública e os seus trabalhadores são particularmente penalizados, designadamente com as seguintes medidas:

- . Congelamento de remunerações e pensões até final de 2013, bem como das promoções;
- . Continuação da redução das Despesas com Pessoal nas Administrações Públicas, eliminando serviços (menos 20% das delegações municipais de Finanças) e reduzindo o número de trabalhadores (redução anual de 1% na Administração Central e de 2% na Administração Local – que poderá ser maior);
- . Fusão de serviços, designadamente da Direção Geral dos Impostos (DGCI), da Direção Geral da Informática Tributária e Aduaneira (DGITA), da Direção Geral das Alfandegas e Impostos Especiais (DGAIEC) e, eventualmente, do serviço de cobrança da Segurança Social;
- . Reorganização dos concelhos e freguesias, e redução significativa do seu número;
- . Redução das transferências do OE para a ADSE, ADM, e SAD em 100 milhões euros em 2012 e mais de 100 milhões posteriormente, com a consequente redução dos benefícios aos trabalhadores, continuando a redução de forma a que, em 2016, estes sistemas sejam auto-suficientes sem transferências do OE;
- . Redução das transferências para o SNS em 550 Milhões euros em 2012, e em 375 milhões euros em 2013; e, na educação, em 195 milhões euros em 2012 e em 175 milhões euros em 2013;
- . Aumento das taxas moderadoras do SNS e redução significativa do número de portugueses isentos do seu pagamento;
- . Redução das transferências para a Administração Local e Regional em 175 milhões euros em 2012 e em igual montante em 2013;
- . Redução do investimento público em 500 milhões de euros em 2012 e em 350 milhões euros em 2013;
- . Aumento significativo dos impostos (IVA, Imposto Consumo, IRS, IMI) e criação de outros (por ex., sobre o consumo de eletricidade), que vão acelerar o aumento dos preços e a redução dos rendimentos;
- . Mudança do conceito de justa causa, alterando o despedimento por inadaptação e extinção do posto de trabalho, tornando assim o despedimento individual mais fácil – previsivelmente, estas alterações serão também introduzidas no RCTFP; o PSD já fala em rescisões de contratos na Função Pública.

Refira-se que parte significativa da dita “ajuda” – 12.000 milhões de euros – vai diretamente para a banca, sem que esta tenha de assumir qualquer obrigação ou condicionamento à sua aplicação. Para além disto, o Estado também lhe garantirá avales até ao limite de 35.000 milhões de euros. É um verdadeiro escândalo!

Com esta “ajuda”, os sacrossantos lucros continuarão intocáveis: continuarão a distribuir dividendos, a pagar um IRC inferior ao da generalidade das empresas, a ver resguardadas as mais-valias obtidas na especulação financeira, a fazerem transferências sem taxação para os *off-shores*, a não temer a criação de um imposto sobre as transações financeiras. Ao contrário, procede-se ao roubo de salários e pensões, corta-se nas prestações sociais, fomenta-se os despedimentos, eleva-se ainda mais o grau de precariedade no trabalho, reduz-se as despesas com a saúde, a educação e a generalidade dos serviços públicos essenciais à população.

Assim, não é indiferente para os trabalhadores quem detém o poder político e de que modo o exerce. Por isso, impõe-se uma reflexão sobre esta questão, no sentido de aproveitar a

oportunidade aberta pelas eleições legislativas de 5 de junho para alterar a correlação de forças políticas que tem permitido a continuidade, há mais de 35 anos, da brutal e desastrosa política contra os trabalhadores e o país e a favor dos grandes detentores da riqueza.

A Frente Comum e os trabalhadores da Administração Pública vão continuar a lutar – também em conjunto com os trabalhadores do setor privado – por uma política alternativa à que tem sido desenvolvida pelo PS/PSD/CDS, a favor do maximização dos lucros e da concentração da riqueza. Uma política que seja orientada para a melhoria das condições de vida e de trabalho, tanto dos trabalhadores como dos reformados/aposentados e da generalidade da população portuguesa, reforçando a autonomia do poder local e a prestação dos serviços públicos às populações, melhorando a sua qualidade.

O desenvolvimento económico nacional é inseparável da melhoria das condições de trabalho e do nível de vida dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas da população!

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública não aceita as medidas de austeridade e sacrifícios impostos, que se traduzem em mais cortes nos salários e pensões na retirada de direitos fundamentais aos trabalhadores da Administração Pública.

Há outras soluções, mas os apoiantes desta política de direita, PS/PSD/CDS, não querem tocar nos lucros. Por isso é preciso:

- Acabar com os escandalosos benefícios fiscais da Banca, que, em 2010, teve um lucro diário de mais de 6 milhões de euros;
- Não permitir “habilidades” como a verificada com a antecipação de dividendos de empresas monopolistas, para fugirem ao imposto de 2011, como, por exemplo, aconteceu na PT;
- Aplicar uma taxa efetiva de 25% de IRC às empresas e grupos económicos com lucros superiores a 50 milhões de euros;
- Taxar as transferências para os *off shores* ;
- Criar um imposto sobre as transações financeiras.

Os trabalhadores da Administração Pública vão, pois, continuar a lutar e a reivindicar:

- . **A revogação e substituição da legislação resultante do PRACE** – Plano de Reestruturação da Administração Central do Estado – no respeito pelos direitos fundamentais dos trabalhadores e aposentados;
- . **A defesa do emprego público, com a reposição do vínculo público de nomeação**, suportes fundamentais de uma administração com serviços públicos de qualidade;
- . **A defesa e anualização dos salários e pensões**, enquanto fator determinante do desenvolvimento do país, contra a sua degradação ou inaceitáveis cortes;
- . **A estabilidade laboral**, contra os despedimentos;
- . **Um sistema de avaliação do desempenho nos diversos setores, justo e exequível**, contra o injusto e irracional sistema de quotas;
- . **A reposição dos direitos retirados na aposentação;**
- . **A contagem de todo o tempo de serviço;**

- . **Carreiras profissionais dignas**, contra a sua destruição, a polivalência e a mobilidade especial;
- . **Um horário noturno entre as 20 horas de um dia e as 7 horas do dia seguinte**;
- . **O respeito pelos acordos negociados com as entidades públicas**, contra o congelamento da sua publicação e aplicação;
- . **O fim da externalização e da privatização de serviços públicos**, com a sua inerente degradação.

Nesta luta por uma sociedade mais justa, é imprescindível o reforço da unidade e da luta de todos os trabalhadores.

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública continuará a pautar a sua atuação pelo aprofundamento da discussão e da participação democrática de todos os Sindicatos que a integram, com o objetivo de elevar a consciência de classe dos trabalhadores da Administração Pública e de melhorar continuamente a sua organização e capacidade de intervenção social e política, na defesa dos direitos adquiridos e na conquista de melhores condições de vida e de trabalho.

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública continuará a denunciar e a lutar contra esta política de desastre nacional, pelos direitos dos trabalhadores e das populações e por uma verdadeira política alternativa, que respeite e tenha em conta os direitos de quem trabalha.

Por uma Administração Pública dignificada e eficaz ao serviço do povo português!

Cimeira da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública